

Diversidade Cultural Educacional

Ivonete da Silva Cardoso Vieira

Valter Zotto de Andrade

Resumo

O presente artigo objetivou analisar e compreender como a Faculdade FAEL polo de Porto Velho/RO, vem trabalhando e encarando o fenômeno da diversidade cultural que nela existe, acreditando-se que, pela educação, pode-se compreender e praticar os direitos humanos, a fim de que todos possam viver juntos, em uma sociedade multicultural, respeitando-se uns aos outros. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de alguns suportes legais, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Lei n. 10.639/2003 entre outros. Os resultados apontam que a instituição incentiva a diversidade cultural, os alunos tem conhecimento das diversas formas que a Diversidade Cultural se apresenta e que os professores estão preparando para encarar tantas diversidades existentes em sala de aula, bem como para atuar com a questão da diversidade, presente na sociedade brasileira, e, assim, colocar em prática a Declaração dos Direitos Humanos. Portanto, é fundamental que os cursos de Pedagogia cumpram a legislação que os normatiza, formando educadores conscientes da necessidade de inserir a diversidade cultural nas suas práticas pedagógicas, integrando teoria e prática, com o objetivo de exercer o seu papel de transformação da educação e da sociedade. A Metodologia aplicada foi a pesquisa de campo confrontando a teoria através da observação da realidade através da aplicação de um questionário.

Palavras-chave: Diversidade. Multiculturalismo. Currículo. Práticas pedagógicas.

Abstract

This article aimed to analyze and understand how FAEL School polo Porto Velho / RO, is working and facing the phenomenon of cultural diversity that it exists, it is believed that through education, we can understand and practice human rights, so that everyone can live together in a multicultural society, respecting each other. Therefore, a literature was developed, based on the analysis of some legal support, considering the Universal Declaration of Human Rights, Law n. 10.639 / 2003 and others. The results show that the institution encourages cultural diversity, the students aware of the different ways that cultural diversity is presented and that teachers are preparing to face so many diversities in the classroom and to work with the issue of diversity, in the Brazilian society, and thus put into practice the Declaration of Human rights. Therefore, it is essential that the teaching courses comply with the legislation that regulates, forming conscious educators need to enter the cultural diversity in their teaching practices, integrating theory and practice, in order to exercise its role of transforming education and society. The methodology applied was the field research confronting the theory by observing the reality through applying a questionnaire.

Keywords: Diversity. Multiculturalism. Curriculum. Pedagogical practices

¹ Ivonete da Silva Cardoso Vieira. Graduada em Administração pela Faculdade São Lucas. Ivonete.elysama09@outlook.com.

INTRODUÇÃO

A discussão entre a questão da diversidade e o papel assumido pela escola, em referência ao ensino num contexto multicultural, tem crescido nos últimos anos em consequência de novas pesquisas relacionadas à construção de um currículo e de uma linguagem crítica que desmistifique visões julgadoras do conhecimento escolar. No âmbito das pesquisas realizadas no Brasil, o multiculturalismo desperta interesse dos sociólogos e educadores que discutem a construção de um currículo emancipatório que ofereça discussões sobre as diversidades culturais presentes no espaço escolar.

Sabemos que a comunidade escolar é um dos locais onde o cenário da diversidade se desdobra isto porque, nela encontramos uma diversidade humana, (alunos, professores, órgãos administrativo, funcionários e demais pessoas) cada um com os seus hábitos, costumes e crenças diferentes. E os docentes tem o maior desafio, que é encontrar estratégias de ensino diversificados e criar mecanismo que atendem a diversidade cultural dos seus alunos.

O objetivo do presente artigo foi analisar e compreender como é que a Faculdade FAEL polo de Porto Velho/RO, trabalha e encara o fenômeno da diversidade cultural que nela existe e os objetivos específicos foram analisar o entendimento da diversidade cultural em contexto escolar, avaliar as atitudes, práticas e formação dos professores e avaliar o impacto da interação entre alunos de diferentes culturas. Para o desenvolvimento do trabalho, buscou-se responder ao questionamento: Como a Faculdade Fael polo de Porto Velho/RO, vem trabalhando e encarando o fenômeno da diversidade cultural que nela existe?

O tema justifica-se por se tratar de um assunto bastante atual e de grande importância, uma vez que, a diversidade cultural surge como uma das principais características da nossa sociedade, e como sabemos, ela está presente também na instituição escolar, e deve ser compreendida e avaliada numa perspectiva de respeito mútuo, no sentido de haver um verdadeiro relacionamento intercultural. A Metodologia aplicada foi a pesquisa de campo confrontando a teoria através da observação da realidade através da aplicação de um questionário.

O que é Cultura?

Com a necessidade de conhecer os fenômenos e fatos que expliquem sua existência, o homem, desde o início da história enfrenta muitos desafios. A cultura é o resultado da criação do homem, pois ele cria, transforma e é afetado por essas mudanças. O homem ao produzir cultura produz-se a si mesmo, ou seja, ele próprio se produz. Não existe cultura sem o homem, como não há homem sem cultura. Ela penetra dando forma a identidade, personalidade, maneira de ver, pensar e sentir, afirma Brandão (2002 pág. 31):

A cultura existe nas diversas maneiras por meio das quais criamos e recriamos as teias e as (tessituras) e os tecidos sociais de símbolos e de significados que atribuímos a nós próprios as nossas vidas e aos nossos mundos. Criamos os mundos sociais em que vivemos e só sabemos viver nos mundos sociais que criamos. Ou onde reaprendemos a viver, para sabermos criarmos com os outros o seus outros mundos sociais. E isto é a cultura que criamos para viver e conviver.

Para Freire a cultura é o lugar onde o homem ocupa com seus costumes e historias criados por ele mesmo, como poesias em forma de frases de cumprimentos, usando a sua capacidade de atrair o mundo e modifica-lo com criatividade e não copiando.

O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz captar o mundo e transformá-lo (FREIRE, 1979, p. 30-31)

Já Duarte e Martins (2012) explica que cultura é o exercício humano acumulado, que envolve a ação do ser humano e sua relação com a natureza, afim de produzir sua existência. Definindo etimologicamente, cultura significa: lavoura, cultivo, ou seja, é um elemento que deriva da natureza, de sua transformação pela ação humana. Mas, como mencionamos anteriormente, com a chegada do pensamento pós-moderno o termo cultura se pluralizou, está dividido e, portanto, relativizado como destaca Faustino, 2006, p.61

Com a afirmativa “a cultura está mais em voga do que nunca”, Kuper (2002) mostra que este conceito está se fazendo presente nas mais diversas partes do mundo e nos mais variados setores da sociedade. Para este autor, cultura tornou-se um termo politicamente correto podendo ser usado desde os pesquisadores de mercado em Londres, passando por um magnata japonês, pelos habitantes na Nova Guiné até um religioso radical do Teerã, como forma de falar sobre identidades coletivas.

Entendemos que a cultura não é, pois, algo que permanece fora do homem. Ela faz parte do seu íntimo. Se somos o que somos é porque possuímos contato com outros seres humanos, cada um em realidade específica, que se transforma em nossa verdade; mas que cresce apenas na relação entre os indivíduos, e esta relação começa na família. O ser humano não nasce “ser social”, ela torna “ser social” em comunicação com outras pessoas.

Conceituando Diversidade Cultural

A palavra “diversidade” tem origem do latim *diversitate*, que significa diferença, dessemelhança. O conceito de diversidade, fornecidos pelos dicionários e pelos autores da área, demonstra desigualdade, variação, pluralidade, significando o oposto da uniformidade e da homogeneidade.

A diversidade cultural, em sentido literal, corresponde à multiplicidade de culturas ou de identidades culturais, em contrário à homogeneidade. E que atualmente, a diversidade não se mostra tanto por oposição à homogeneidade quanto pela oposição à disparidade, mas torna-se semelhante de diálogo e de valores compartilhados, afirma Kiyindou (2007). Nesse ponto de vista, acorda-se que a demonstração diversidade cultural, hoje, compreende a superação tanto da rejeição das diferenças, efetuada pela homogeneidade, como do relativismo exercido pelas diferenças e que as barreiras devem ser superadas por meio de políticas que valorizem o envolvimento e comunicação entre os diferentes sujeitos e grupos culturais, sem desigualdade ou excluir as culturas.

Para Gomes (2003,p. 71) as diferenças pode ser entendidas pela cultura e pelas relações políticas e possível compreende-las de duas formas:

- as diferenças são criadas culturalmente, sendo somente observáveis;
- as diferenças são criadas no decorrer do processo histórico, nos relacionamentos sociais e nas relações de poder. Muitas vezes, certos grupos humanos tornam o outro diferente para fazê-lo inimigo, tornando-o submisso.

Portanto, uma pessoa exerce a diversidade em função das visões culturais, porque nenhuma cultura, raça, comunidade, ser humano ou religião ver o outro sem ter formado previamente uma imagem, conforme expõe Doudou (2008, p. 2):

O olhar cultural nunca é neutro. É colorido e possui conotação política e histórica, tanto como o campo ideológico e cultural dos processos de construção da diversidade. Em particular, pelos seguintes elementos determinantes previstos: os sistemas de valores, a educação, a herança cultural ou religiosa, a emoção e a sensibilidade... Elementos determinantes, que produzem seus efeitos, estruturam as construções identitárias e, por conseguinte, as visões culturais de larga duração.

As pessoas julgam as culturas, diferentes das suas, porque aprenderam a ver do seu ponto de vista, sem antes conhece-las a verdadeira origem. Mandela expressa “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar” (URI, 2007).

As culturas não são permanentes, elas evoluem no contato de umas com as outras; nesse sentido, confirma-se que as experiências culturais são necessariamente intercambiantes e fenômenos culturais e são muitos comuns nos países americanos, como exemplo as culturas nativas do México e as tradições religiosas dos povos andinos, que conjugam a sua raiz

axiológica com a tradição cristã. As diferenças culturais se criam pela seleção natural e na aceitação ao meio em que vivem, sendo que essas culturas evoluem constantemente confirma (Frota-Pessoa, 1996, p.30):

As raças não são entidades permanentes ou estáticas. Elas representam estágios da evolução em constante mudança. As tribos que conseguiram passar da África, onde a nossa espécie surgiu, para a Europa ficaram isoladas no novo ambiente e, com o tempo, constituíram uma raça distinta, sob a ação da seleção natural. Os indivíduos dessa raça que migraram mais para o norte acabaram formando outra raça, e assim por diante.

Existe sim, a necessidade de se instituírem políticas que resguardecam as diferenças, de forma que a diversidade cultural não seja motivo de rejeição de determinados grupos em relação a outros grupos culturais, que as diferenças não sejam um motivo de desigualdade, que questões como sexo, cor de pele, religião, condições físicas, classe social, idade, entre outras tantas diferenças objetivas que temos, assumam uma relevância que estipule o tipo de relação que teremos com a sociedade. As diferenças não podem determinar que um grupo ganhe mais ou menos, que ocupe lugares de comando ou apenas de subordinação, que pertença a uma determinada classe social ou a uma outra.

Um grande desafio: diversidade cultural

Devido à necessidade de entender como é formada a sociedade o multiculturalismo, raça, gênero, classe sócia, religião e entre outros, tem sido debatido e discutido na era da evolução da tecnologia. O autor Freire (1979) define cultura como tudo o que é criado pelo homem, tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em reinventar e não em copiar e acreditamos que o homem é capaz de realiza-lo, transformando o mundo.

O multiculturalismo não é apenas identificar culturas, classes sociais, mais vai além, é valorizar cada uma das diferenças e uma oportunidade de rebater a construção de diferenças e aqueles percebidos no meio da sociedade.

No caso da educação, e da formação de professores em sociedades multiculturais e desiguais como o Brasil, adotar o multiculturalismo crítico como horizonte norteador significa incorporar nos discursos curriculares e nas práticas discursivas, desafios a noções que tendem à essencialização das identidades, estendendo-as, ao contrário, como construções sempre provisórias, contingentes e inacabadas (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 61-62).

Na cultura existe a centralidade, que é constituída das relações do cotidiano da vida individual e coletiva e suas mudanças é bastante significativa e notória. A centralidade da cultura é a forma como a cultura ultrapassa em cada recanto da sociedade, tornando-se uma peça fundamental quando o cotidiano é configurado e modificado conforme Hall (1997). Diante disso não podemos apenas estudar a cultura tratando-a como mais uma variável sem importância, mas como algo necessário, que defini o caráter e a vida.

Para se compreender a vida e a organização da sociedade, a cultura estabelece com uma matriz intelectual, a qual propiciou a expansão de estudos culturais, bem como mudar práticas acadêmicas. De acordo com Hall as mudanças culturais buscam privilegiar determinados temas na análise dos fenômenos sociais.

A centralidade da cultura não significa que nada existe a não ser ela, mas reconhecemos que toda prática social tem uma dimensão cultural, já que estreitamente associada às práticas sociais.

A pós-modernidade apresenta novos desafios e é o cenário que as escolas precisam atuar. Diante disso, podemos afirmar que a educação está entrelaçada com a vida social, especificamente, do tempo histórico em que se encontra, pois não se pode dar um conhecimento descontextualizado, sem que a citada cultura esteja presente.

A escola deve ser olhada como um local de “cruzamento de cultura” e, para isso, é necessário que aconteça o desenvolvimento de uma visão, postura e que as pessoas tenham habilidade de identificar as diferentes culturas que une o universo escolar e sejam capazes de inovar a escola, admitindo o que a diferencia dos demais espaços de socialização, segundo Gómez (1998).

O responsável definitivo da natureza, sentido e consistência do que os alunos e alunas aprendem na sua vida escolar é este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola entre as propostas de cultura crítica, que se situa nas disciplinas científicas, artísticas e filosóficas; as determinações da cultura acadêmica, que se refletem no currículo; as influências da cultura social; as pressões cotidianas da cultura institucional, presente nos papéis, normas, rotinas e ritos próprios da escola como instituição social específica, e as características da cultura experiencial, adquirida por cada aluno através da experiência dos intercâmbios espontâneos no seu entorno (GÓMEZ, 1998, p. 17).

A característica do universo escolar é a relação que existe entre as culturas, relação que passam por conflitos e isso é notável quando uma prevalece sobre a outra.

Para a socialização do homem é fundamental a confirmação de sua identidade positiva, sejam ela raciais, étnicas, fenotípicas e regionais as quais não devem barrar a realização da identidade positiva com a cultura nacional, Teodoro (1987) diz que: O contexto social é o responsável pelo processo de identificação. Logicamente, diferenças raciais, étnicas, fenotípicas e regionais não podem, ou não devem impedir a realização da identificação positiva com a cultura nacional.

Nas relações sociais as identidades são falsificadas e nas representações é que o indivíduo define ao outro na sociedade. A valorização das identidades torna-se um desafio que foram massificadas nos espaços sociais (família, comunidade, igreja, trabalho, etc.) e que mais se prioriza ainda é pensar em interação que deem visibilidade à cultura, aos valores, às crenças

dos sujeitos que formam a sociedade, incumbindo a escola e aos professores um papel fundamental.

A escola é uma instituição criada no contexto histórico e tem um papel importante na promoção da autoestima e confiança, na promoção das relações sem preconceitos e discriminações, criando oportunidades para que as pessoas das minorias consigam desenvolver-se com conhecimentos suficientes, atitudes e competências necessárias à aquisição de estudos sejam eles acadêmicos, emprego e cargos superiores, em iguais circunstâncias das pessoas pertencentes à maioria, ou seja, cultura dominante.

Legislação Cultural

A educação multicultural, desde seu início, comprometeu-se a tratar todos os grupos com igualdade, não há necessidade de criar novas filosofias, mas considerar a cultura promovendo cultura de respeito. É necessário propiciar a troca e vivências das práticas, costumes e regras através de intercâmbio, o qual é uma forma de aumentar os conhecimentos entre regiões.

Por meio da constituição de 1988, o Brasil é reconhecido como um país pluriétnico e multicultural, rompendo com uma história de quase 500 anos de negação da autonomia cultural dos povos indígenas e do direito à diferença étnica. Para a constituição a cultura abrange as manifestações das “culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do desenvolvimento da civilização nacional” (art. 215, §1º). Demonstrando que há grupos na sociedade brasileira que possuem formas diferentes de criar, fazer e viver. A Constituição não manda mais integrar todos numa única cultura, ao contrário, admite o direito à manutenção das diferenças étnicas e os direitos culturais dos indígenas, afrodescendentes e demais grupos participantes do processo civilização nacional.

A Lei 10.639 sancionada em 2003, criou novas diretrizes curriculares obrigatórias para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

A lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 instituiu o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares.

É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

O dia é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo assim, como trabalhar com esse tema em sala de aula? Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, mas, como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podemos recorrer às imagens, como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.

Nas escolas, porém, o cumprimento da lei 10.639/03 ainda está longe do ideal. Nota-se que a lei estimulou o aumento da discussão nas salas de aula e a mudança nos materiais didáticos, mas o ensino ainda se limita a algumas ações pontuais. Existem escolas com trabalhos bem avançados, mas a maior parte ainda encara a educação para as relações étnico-raciais como uma questão a ser trabalhada somente nas comemorações do Dia da Consciência Negra ou no Dia do Índio.

A grande tarefa dos docentes é encontrar caminhos e meios para desfazer e eliminar as dificuldade deixadas pelo racismo e discriminação e a Lei n. 10.639/03 vem justamente oficializar a inclusão do tema em nossos currículos e não pode mais ser trabalhado por opção individual do educador ou apenas em datas pontuais

O principal objetivo das Diretrizes é garantir (em todos os níveis educacionais) o reconhecimento e valorização da identidade negra, bem como o reconhecimento da pluralidade étnico-racial, na tentativa de identificar e superar as manifestações de racismo, preconceitos e discriminações e, conseqüentemente, gerar nas instituições educacionais uma nova relação entre os diferentes grupos étnico-raciais.

Diversidade e Currículo

Notamos que nos currículos escolares a cultura popular sempre esteve ausente porque eles respondem a uma minoria da população escolar, o que reafirma a vantagem da cultura erudita e, em decorrência disso, os conhecimentos, valores e práticas da cultura popular são, na maioria das vezes, ignorados pela escola. Assim, a diversidade cultural é um assunto que vem alertando a atenção dos educadores. No entanto, os estudos sobre ela ainda não tiveram força necessárias para mudar práticas educativas dos professores e Costa, 1999, p 64 diz que:

O currículo da escola pública das classes populares tem sido um lugar da dissipação dessas identidades, operando um distanciamento das origens familiares culturais, borrando a identidade de classe, em nome do acesso a uma identidade padrão classe média, ilustrada e meritocrática. As conseqüências disso todos nós conhecemos: um processo violento de homogeneização e simplificação que tem praticamente nos imobilizado e impossibilitado de pensar alternativas para a dominação, a desigualdade e a exclusão.

A educação escolar deve levar em conta a diversidade dos alunos como componente essencial a ser tratado para aprimoramento da qualidade de ensino e aprendizagem é que expressa Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 96-97). A diversidade cultural ao ser considerada pela escola valoriza o respeito as diferenças, pois não são barreiras para execução da ação educativa e sim, algo que enriquece. Silva (2000) cita Bordier e Passeron porque focam:

A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes: seus valores, seus gostos, seus costumes, seus hábitos, seus modos de se comportar e agir. Na medida em que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida em que ela vale alguma coisa; na medida em que ela faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural.

Uma conduta ética e ampla é a atitude docente multiculturalmente orientada, os quais enfrentam os desafios ocasionados pela diversidade cultural na sociedade e nos ambientes escolares, diferentes da atual nas escolas, para que se possa compreender e reconhecer a enorme diversidade de culturas com a qual se necessita trabalhar. Para que isso seja possível na vivência cotidiana devem existir métodos pedagógicas diversificados para lidar com a diversidade cultural. É necessário procurar o conhecimento nas diferentes raízes étnicas, ou seja, a partir da experiência de cada um.

O meio como é criado o currículo deve ser de forma clara como um dado conhecimento, como as raízes históricas e culturais desse processo são usualmente esquecidas é olhada como indiscutível, neutro, universal, intemporal é o que defende MacCarth (1998).

O que se sugeri não é a ampliação dos conteúdos curriculares usuais para se introduzir a crítica dos diferentes artefatos culturais que rodeiam o aluno, mas sim transformar a escola num ambiente de crítica cultural, a fim de proporcionar ao estudante a compreensão de que tudo que passa por “natural” e “inevitável” precisa ser questionado e, conseqüentemente, transformado, como coloca Sarlo (1999).

Então, é necessário começar do inicio de que não é possível fazer com que membro de uma minoria cultural sejam inseridos nos conteúdos e práticas dos currículos escolares se a cultura escolar, de modo geral, não tratar o currículo de maneira multicultural, incluindo nele a questão da diversidade. Mas para isso é necessário trabalhar de forma diferenciada do modelo dominante, engajando nela a direção da escola, a equipe pedagógica, professores, pais, alunos e demais agentes que fazem parte da instituição escolar. Isso porque a cultura escolar deve ser compreendida não apenas como um debate de conteúdos a serem colocados nos currículos, mas como algo real, pois ela é vivenciada em práticas cotidianas da sala de aula.

Para Sacristán (1995), os alunos já tem um conhecimento de mundo, ou seja, de sua realidade, por essa razão a escola deve focar a força de um currículo extraescolar que ajudará como uma ponte para que os educadores pratiquem o papel de mediadores e possam rever a perspectiva multicultural a partir de uma realidade mais ampla do que as do currículo escolar. Esse autor acredita que ao se aplicar no currículo a questão da diversidade cultural, é preciso fazer com que ela não se torne uma ameaça à preservação da própria identidade, seja da cultura dominante ou das minorias segregadas. Assim, a junção de diversas culturas deve levar em consideração as condições sociais e econômicas concretas de cada sociedade.

Um outro fator que merece destaque no currículo é a avaliação escolar e suas relações com a problemática da diversidade cultural e da diferença social. Não pode mais existir uma avaliação realizada de maneira arbitrária e descontextualizada. A avaliação tem de ser redimensionada para superar o autoritarismo, para deixar de ser instrumento de coerção, exclusão, controle e punição e se tornar parte do processo de formação do conhecimento.

“A avaliação que impede determinadas vozes é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola” é que assegura Esteban (2001, p. 16). Nesse entendimento, a avaliação construída a partir da classificação das respostas do aluno em erros ou acertos dificulta que o processo de ensino-aprendizagem penetre a riqueza presente nas propostas escolares, e acaba por não valorizar a diversidade de conhecimentos e o processo de sua construção e socialização.

O papel da escola não é somente transmitir os conteúdos oficiais e manuseá-lo como um fim de “coisificação”, segundo (ADORNO, 2006) logo, tem-se por dever formar e informar discentes críticos agentes do processo histórico em que vivem.

Examinar as práticas pedagógicas é não admitir um discurso democrático falso, como “uma educação igual para todos” ou “todos são iguais”, afirma Parafraseando Gomes (2006). Isto não diminui as diferenças sociais e étnico-raciais existentes na sociedade, pelo contrário reforçam mais as desqualificação educacional e as desigualdades sociais e culturais.

Percebe-se a presença de um choque onde se procura educar e ensinar o diferente transformando-o em igual, ou seja, dominar o sujeito a uma condição cultural dominante, “padronizada, natural, universal e humano” (GUSMÃO, 2003). Portanto, isso demonstra o despreparo do educador e educadora ao reproduzir um currículo impregnado de valores, costumes e crenças conservadoras e de cultura erudita.

Conforme Parafraseando Moreira e Tadeu (2011), o currículo está associado com o poder, e não há transgressão. Cabe então, rever os encaminhamentos dados ao currículo escolar, e explicar que houve ao longo da história, um extermínio da população nativa e uma imposição

de sistema escravista, não somente dos nativos como, também dos negros trazidos à força da África.

Ainda seguindo a mesma lógica Silva e Souza, 2008, p.174, afirma:

Foram mais de trezentos anos de escravidão negra e indígena nos períodos colonial e imperial brasileiros. Olhando para este passado, é possível entender melhor o porquê da supremacia branca e o desprezo pelos negros e por outros grupos étnicos, associados às ideias de servidão, bestilidade e inferioridade.

Muitos tratam a cultura como algo determinante, ou quando não abordam conceitos evolucionistas e positivistas, classificando os seres humanos portadores apenas de necessidades biológicas e de circunstâncias deterministas, pois, há um erro, logo, são seres culturais que vivem e modificam-se cotidianamente, para complementar Larraia (2001) confirmar, “ o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada”.

Isto revela que os seres humanos são frutos dos relacionamentos sociais, das suas representações sociais e culturais, de trocas de experiências e convivências, da constituição de sua história, de seus valores, costumes, crenças e até mesmo da sua identidade nos limites de suas fronteiras.

O currículo para Pereira (2007), não é um ditame de seriado de conteúdos, ele ultrapassa as fronteiras, ou seja, seus limites, podendo estar flexível a procedimento de investigação, experimentação e manutenção de certos conteúdos de diversos saberes. Logo então, não é constituir um único currículo escolar. Pereira (2007, p.19), contudo revela: “elaborar/reelaborar tendências de ensino aprendizagem permeadas pelo espírito da autocrítica e do respeito às diversidades sociais”. Concluindo, um caminho de ação/reflexão/ação.

Muitas foram as conquistas dos movimentos para o reconhecimento da diversidade e um desses frutos foi a Lei Federal nº 10.639/03 e que foi modificada pela Lei Federal nº 11.645/08 que além do ensino História da África e Cultura Afro Brasileira, insere-se também o ensino de História e Culturas Indígenas, indicando avanços políticos, no que se refere respeito à formação da identidade cultural na sociedade brasileira. E muitas das ações foram do Movimento Negro no Brasil, porém não basta apenas sua efetividade somente em Lei e de obrigatoriedade nos currículos, é preciso criar um embate de superação e de reconhecimento da diversidade social e cultural, para isso a necessidade de políticas públicas, a formação contínua dos educadores, debates com a comunidade, pois, tornando a escola democrática de fato.

Abordagem Metodológica

Neste trabalho foi utilizado o método indutivo, pois segundo Silva e Menezes (2005, p. 26), “No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta”, que nesta pesquisa tem por base o estudo realizado na Faculdade FAEL Polo Porto Velho/RO.

Para o levantamento dos dados primários e secundários usados neste estudo, a pesquisa foi classificada segundo Silva e Menezes (2005) da seguinte forma:

- **Quanto a natureza**

É uma pesquisa aplicada, que busca apresentar uma solução para o problema estudado na Faculdade FAEL polo Porto de Velho.

- **Quanto ao problema**

A pesquisa é quantitativa, pois os dados primários coletados foram tabulados e analisados de forma quantitativa e estatística.

- **Quanto aos objetivos**

É uma pesquisa exploratória por buscar explicitar de forma mais clara o problema e é também uma pesquisa descritiva, pois buscou a coleta padronizada dos dados com aplicação de questionários fechados e descrever as características que os mesmos apresentaram.

- **Quanto aos procedimentos técnicos**

É um estudo de caso que buscou um conhecimento com maior ênfase sobre o problema abordado e ainda, uma pesquisa bibliográfica tendo em vista o referencial teórico percorrido com autores que abordam o tema de uma geral.

A pesquisa foi aplicada na Faculdade FAEL polo de Porto Velho/RO, que tem aproximadamente 290 alunos, situada à rua Getúlio Vargas, 2634 - São Cristóvão, na cidade Porto Velho/RO.

Os dados coletados por meio de questionários do tipo fechado foram tabulados com a ajuda da planilha do aplicativo Excel, e posteriormente os dados transportados para os gráficos como forma de melhor visualização dos resultados da pesquisa.

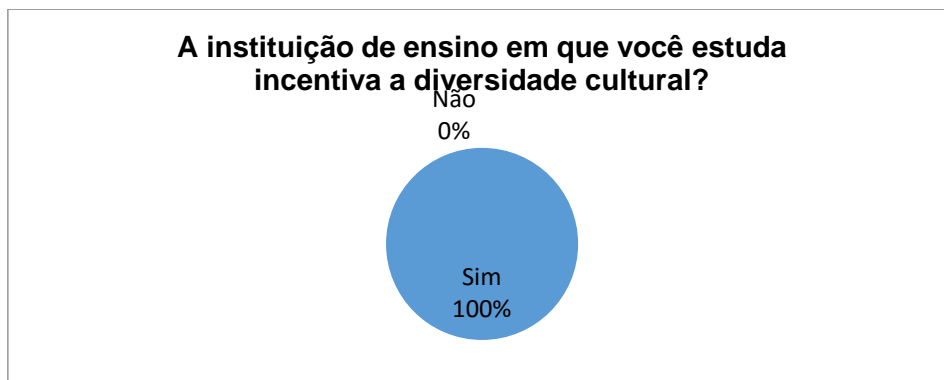
Resultados e Discussões

- ✓ **Quanto ao objetivo Geral**

Quanto à pesquisa quantitativa verificou-se que a instituição incentiva a Diversidade Cultural. Atualmente o grande desafio da escola é ajudar para formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. (Cunha, 1998, p.88) o desafio das instituições de ensino e dos projetos educativos que orientam nossa prática está no fato de que, para entender a cultura de

um grupo ou de um indivíduo que dela faz parte, é preciso olhar a sociedade onde o grupo ou o indivíduo estão e vivem. É desta maneira que as diferenças conquistam sentido e expressam complementariedade como realidade e definem o papel da alteridade nas relações sociais entre os homens.

Gráfico nº 1: Incentivo da Instituição de Ensino.

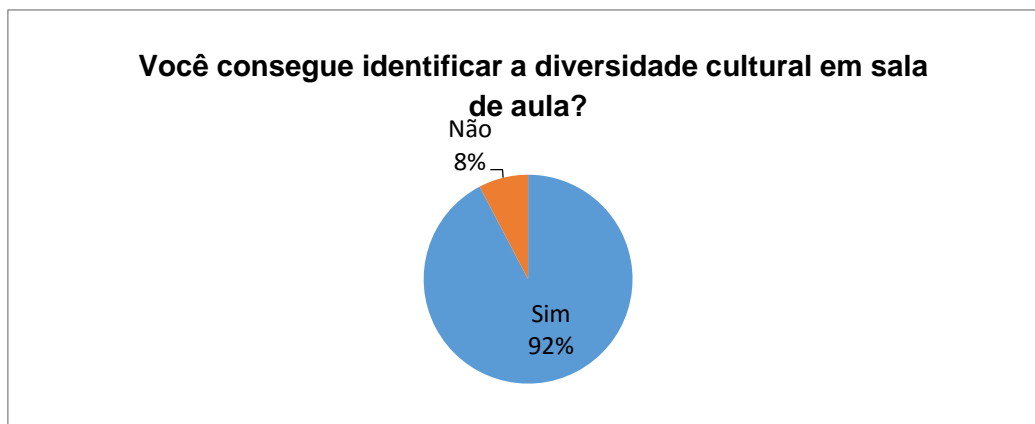


Fonte: Cardoso (2016).

Conforme pesquisa aplicada 100% dos alunos confirmaram que a instituição de ensino incentiva a diversidade cultural.

✓ Quanto aos objetivos específicos

Gráfico nº 2: Diversidade Cultural no ambiente escolar.



Fonte: Cardoso (2016).

Com base na pesquisa realizada, foi possível constatar que 92% dos alunos identificam a diversidade cultural em sala de aula e 8% não.

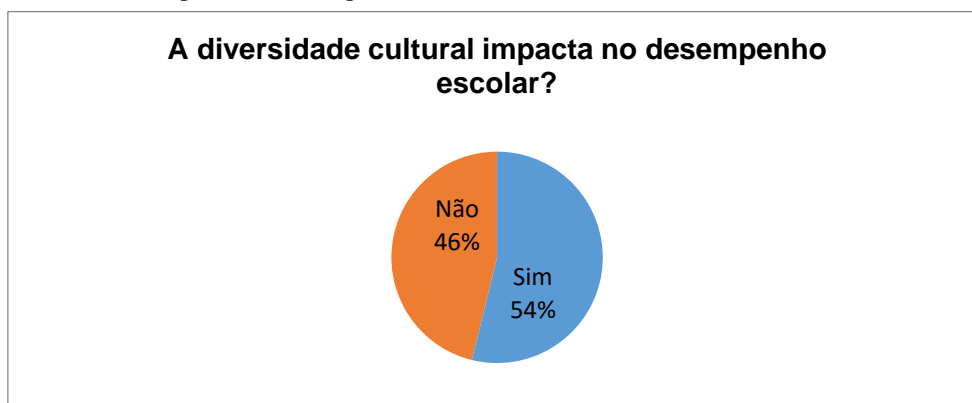
A pesquisa demonstra que os alunos tem conhecimento das diversas formas que a Diversidade Cultural se apresenta. A cultura é o resultado da criação do homem, pois ele cria, transforma e é afetado por essas mudanças. O homem ao produzir cultura produz-se a si mesmo, ou seja, ele próprio se produz. Não existe cultura sem o homem, como não há homem sem cultura. Ela penetra dando forma a identidade, personalidade, maneira de ver, pensar e sentir, afirma Brandão (2002 pág. 31):

A cultura existe nas diversas maneiras por meio das quais criamos e recriamos as teias e as (tessituras) e os tecidos sociais de símbolos e de significados que atribuímos a nós próprios as nossas vidas e aos nossos mundos. Criamos os mundos sociais em que vivemos e só sabemos viver nos mundos sociais que criamos. Ou onde reaprendemos a viver, para sabermos criarmos com os outros o seus outros mundos sociais. E isto é a cultura que criamos para viver e conviver.

No levantamento da pesquisa verificou-se que os professores estão preparados para encarar tantas diversidades existentes em sala de aula, valorizam o diálogo e o respeito mútuo entre os alunos. Mas se prevê que seja estabelecido um diálogo pautado em valores éticos, humanos de preservação da vida e de respeito à existência do outro (CANEN, 2007).

Conforme a pesquisa aplicada 54% dos alunos afirmaram que a diversidade cultural influencia no desenvolvimento da aprendizagem. Segundo MARCELINO (1988, pág. 116), “a cultura é algo simples e ao mesmo tempo complexo para ele, a cultura é cultivo, ou seja, antes de tudo cultura é trabalho, trabalho humano transformando a natureza, de forma mais explícita o amplo conjunto de resultados adquiridos coletivamente pelos homens no transcorrer do processo de transformação que exerceu sobre a natureza, sobre resultados culturais anteriores ao seu momento histórico”.

Gráfico nº 3: Impacto no desempenho escolar.



Fonte: Cardoso (2016).

Considerações

Buscamos demonstrar através deste artigo, que a crescente produção teórica sobre a Diversidade Cultural no Brasil impõe-nos a articulação nas instituições de ensino ampliando o debate sobre a necessidade de desenvolvermos uma educação multicultural com a intenção de propiciar um espaço de reafirmação das diferentes vozes presentes no espaço escolar e ainda, questionar a atual soberania de uma cultura sobre a outra, principalmente da cultura dominante sobre a cultura dos grupos desprivilegiados.

No que se trata à formação do docente no âmbito do ensino superior, a Universidade deverá desempenhar um papel importante na medida em que procurar conferir ao

seu currículo um caráter emancipatório, que considera as questões relacionadas à cultura e a linguagem dos grupos populares, estimulando a interação com diferentes grupos culturais e étnicos. Notamos também que cabe à própria instituição rever muitas de suas práticas de modo que possa construir uma pedagogia voltada para o respeito ao universo dos educandos, dos saberes locais que lhes conferem uma identidade própria.

É necessária uma educação escolar integradora, voltada para a diversidade, que respeite a pluralidade cultural, étnica e religiosa existente no contexto escolar, para poder compreender e valorizar a realidade múltipla de todos os alunos, no sentido de promover a convivência fraterna e subsequente a paz e a justiça social.

Porém, compreendemos que encarar o desafio de propor um ensino que respeite a diversidade cultural de todos os alunos, significa comprovar cada realidade social e cultural dos alunos, com a preocupação de traçar um projeto pedagógico para atender a todos sem exceção.

Bibliografia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **A Educação como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

CANEN, A. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. Revista comunicação e política, v.25, n.2, p.091-107, 2007. Disponível em <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/707/481>. Acesso em 22/07/2016 as 23:03 horas.

CASTILHO, Ela Wiecko V. De. Diversidade cultural, esquecida da justiça. Plataforma pela reforma do sistema político. Disponível em. Acesso em: 13/07/2016.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei n. 10.639/2003. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade, 2003.

DOUDOU, D. A Diversidade é nossa força. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/137_193.pdf Acesso em: 20/07/2016 as 19:08 horas.

FAUSTINO, Rozangela Célia. Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em 2006. Florianópolis/SC.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 37 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FROTA-PESSOA, O. Raça e eugenia. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. S.(Orgs.).**Raça e diversidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

GONÇALVES, L. A. ; Silva, P. B. (1998). O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

GOMES, N. L. Educação e Diversidade Étnico-Cultural. In: SEMTEC. **Diversidade na educação - reflexões e experiências**. Brasília: Programa Diversidade na Universidade, 2003.

KIYINDOU, A. Diversidade Cultural. Disponível em:<www.vecam.org/article601.html> Acesso em: 20/07/2016 as 18:45 horas.

Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

SACRISTÁN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T. da; MOREIRA, A. F. (Org.). Territórios contestados– o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença– a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

URI – Iniciativa das Religiões Unidas de Curitiba. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Curitiba: Gráfica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 2007